

HISTÓRIA, MEMÓRIA E FRANQUISMO¹

Carlos Barros²

RESUMEN: En el artículo se habla de la relación entre el movimiento social de la memoria histórica, las políticas públicas al respecto y las posiciones a favor y en contras de los historiadores sobre ambos fenómenos, desde la historiografía de valores propuesta y practicada por la red internacional *Historia a Debate* desde 1993. Se valora críticamente la posición positivista defendida por Pierre Nora y sus "lugares de memoria" sin sustancia humana, y la asociación francesa "*Liberté pour la histoire*", que se negó a apoyar a los historiadores españoles que apoyamos al juez Garzón represaliado por intentar, de acuerdo con el derecho internacional, juzgar los delitos de lesa humanidad del franquismo. Partiendo del carácter paradigmático de la experiencia argentina, se detalla la situación de la memoria histórica en España y los obstáculos políticos actuales para dar a las víctimas de la dictadura de Franco la justicia, verdad y reparación que nos exige la ONU y otras instancias internacionales.

Palabras-claves: Memoria histórica. Franquismo. Historiografía.

RESUMO: No artigo se traça a relação entre o movimento social pela memória histórica, as políticas públicas a respeito disto e as posições a favor e contra dos historiadores sobre tais fenómenos, considerando a historiografia de valores proposta e praticada pela rede *Historia a Debate* desde 1993. Se reflete criticamente sobre a posição de Pierre Nora e seus "lugares de memória" sem substância humana, e a associação francesa "*Liberté pour la histoire*", que se negou a apoiar os historiadores espanhóis quanto ao caso do juiz Garzón, retaliado por buscar, de acordo com o direito internacional, julgar os delitos do franquismo de lesa-humanidade. Partindo do caráter paradigmático da experiência argentina, se detalha a situação da memória histórica na Espanha e os obstáculos políticos atuais que enfrentam as vítimas da ditadura de Franco, quanto à justiça, à verdade e à reparação exigida pela ONU e outras instâncias internacionais.

Palavras-chave: Memoria histórica. Franquismo. Historiografía.

¹ Este texto consta na website do grupo de pesquisa do autor - <http://www.h-debate.com/> - e corresponde a uma conferência que o mesmo fez em 19 de março de 2012 na Universidade de Santiago de Compostela. Tradução de Márcia Elisa Teté Ramos (UEL).

² Universidade de Santiago de Compostela. Faculdade de Geografia e História.

Introdução

Em um artigo do *El País*³, o historiador inglês Timothy Garton Ash⁴ compara - de forma inoportuna, em minha opinião -, a liberdade de informação na internet com as demandas da associação *Liberté pour l'histoire* criada em 2005 por Pierre Nora para combater, a partir de uma concepção positivista do ofício do historiador, às "*lois mémorielles*" (leis da memória) promulgadas pelo Legislativo na França desde 1990. Uma delas, a lei que criminaliza o negacionismo do genocídio armênio (1915) perpetrada pelo Estado turco foi ratificada em 23 de Janeiro de 2012 pelo Senado francês. Em 10 de maio de 2013 François Hollande presidiu a comemoração da aprovação de outra lei, de 2001, que declara a escravidão como um "crime contra a humanidade": a questão da memória ainda está viva hoje na França, tanto politicamente, como na historiografia, dimensões que estão interligadas, caso se queira reconhecer, ou como avestruzes, não reconhecer.

1. Pode a liberdade ser amnésica?

A liberdade deve ser de fato universal, mais ainda neste século, em que se sobrepõem de maneira contraditória diversas globalizações, por exemplo, a globalização dos mercados/a globalização dos valores. O historiador não deveria se contentar com a forma global dos fenômenos no tempo em que vivemos, mas aperfeiçoar e aprofundar o seu conteúdo e contexto, desigualdades e mudanças. Obviamente, nem tudo que se torna global traz resultados positivos para as liberdades individuais e coletivas no mundo atual. É preciso refletir sobre isso.

Enquanto a liberdade de informação na Internet que permitiu *Wikipedia* e *Wikileaks* beneficia a grande maioria, a citada "liberdade para a história" de um

³ "El conocimiento en la Red, en peligro" (21/1/2012); ver: http://elpais.com/diario/2012/01/21/opinion/1327100411_850215.html

⁴ Posteriormente, Garton Ash criou a website www.freespeesdebate.com com parecida contradição que criticamos em Pierre Nora.

setor significativo dos historiadores franceses⁵ favorece uma minoria de extrema direita que poderia questionar na França, sem restrições legais, a realidade histórica do Holocausto nazista, o genocídio armênio e a escravidão como crimes contra a humanidade.

Devemos também dizer que os deputados e os senadores legislaram em 2005 em relação ao ensino da história francesa, que se destacassem os "aspectos positivos" da colonização da Argélia. Historiadores franceses que se opuseram – antes do que disse Nora contra as leis da memória⁶ – a esta lei pró-colonial, não estão em sua maior parte seguindo a justificativa corporativista de Pierre Nora, que utiliza uma orientação politicamente negativa da lei da memória com um argumento que Ranke, Langlois e Seignobos teriam apreciado, pois defende que apenas os historiadores acadêmicos são capazes de escrever a história... Em oposição à grande maioria dos franceses, todas as vezes que as leis ligadas à questão da memória do Holocausto, ao genocídio armênio e à escravidão tiveram o voto favorável de todos os partidos representados no parlamento francês, exceto da Frente Nacional de Le Pen, seguiam a mesma orientação de Pierre Nora.

Como historiadores, acadêmicos e democratas, somos naturalmente contrários a qualquer norma legal que restrinja a liberdade de expressão e de pesquisa histórica, o que prejudica as causas histórico-históricas mais nobres – contra o que afirma Nora –, pensamos que a história acadêmica está sujeita à moral própria de nosso ofício, a uma ética profissional⁷. Teria razão o autor inglês⁸ em sua conhecida frase: "Não concordo com o que dizes, mas lutaria para que você pudesse dizer"⁹ atribuída a Voltaire, paradigma da tolerância ilustrada. Frase que devemos contextualizar para poder aplicá-la,

⁵ Na pátria Marc Bloch, historiador da resistência fuzilado pelos nazistas em 1944 e fundador da Escola dos *Annales*; esquecido por parte de historiadores que concordam com mais ou menos consciência os propósitos de Nora.

⁶ É possível consultar os textos na *website* de *Historia a Debate*: <http://www.h-debate.com/Spanish/historia%20inmediata/memoria/barros.htm>.

⁷ BARROS, Carlos. "Historiografia de valores", conferência realizada no IV Congreso Internacional Historia a Debate. Santiago de Compostela, 16 de dezembro de 2010 (<http://www.youtube.com/watch?v=MVCu9TjMVVw>)

⁸ Evelyn Beatrice Hall (pseudônimo de Stephen. G. Tallentyre) em *The Friends of Voltaire*, 1906.

⁹ Muitos estudantes, trabalhadores e intelectuais na Espanha durante o tardofranquismo e a transição, lutaram por uma democracia que também favoreceu (mais do que suspeitávamos ou queríamos) os herdeiros do fascismo espanhol que seguem negando 36 anos depois nosso direito democrático à memória histórica.

levando-se em conta o sentido histórico e político. O que fazer, se o nosso interlocutor, para quem lutamos hoje para que possa desfrutar de liberdade de expressão continua a ser um neonazista, neofascista ou neofranquista com roupagens "democráticas", mas que constituem um risco para as liberdades? Não podemos ignorar a quem estamos beneficiando, sem sacrificar a tolerância quando se trata de memória e liberdade, e considerar como isso afeta a nossa profissão. Não se pode agir como o magistrado Luciano Varela, que arruinou em 2012 a sua imagem judicial, – juntamente com outros juizes da Câmara do Supremo Tribunal –, ao se aliar contra o juiz Garzón apoiando a Falange Espanhola, o JONS¹⁰ e outro grupo de extrema-direita, legalizados na Espanha. Embora, devo dizer, as decisões acadêmicas e historiográficas não tenham o mesmo alcance que a política e a legislação, o historiador competente, sério, deve ser responsável pelas consequências – sempre coletivas – de suas interpretações e suas posições "em nome dos historiadores", sobre temas da atualidade social e política, como qualquer outro profissional ou cidadão, porém, mais ainda porque temos que dar o exemplo como professores e funcionários públicos.

2. Modelos de memória histórica

O contexto francês no que se refere à história, à memória e à liberdade é bem diferente do espanhol, inclusive quanto aos aspectos mais primordiais¹¹. Diferenças qualitativas que não são levadas em conta por colegas que pretendem – legitimamente – transpor para a historiografia espanhola¹² a proposta francesa de confrontar de maneira "suicida" a história com a memória, o objeto com o sujeito, a academia com a sociedade, o historiador com seu o tempo. Desde a posição historiográfica conservadora que Pierre Nora exibiu a quatro décadas,

¹⁰ JONS: Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista. Grupo fascista que se mesclou com Falange nos anos 30

¹¹ Na Espanha, tem um papel importante o sujeito social na reivindicação da memória, e, um papel secundário, as instituições políticas saídas da Constituição de 1978 (cada vez mais desprestigiadas): estas são opostas ao reconhecimento da justiça, da memória e da reparação das vítimas da guerra civil e do franquismo.

¹² Destaca-se, de forma explícita (outros pensam igual, mas se calam), refutando o positivismo anti-memória o nosso colega Santos Juliá, opositor público da Lei de Memória Histórica de 2007, postura que reproduz o argumento *Elogio de Historia en tiempo de memoria*, Madrid, 2011.

propondo uma contracorrente¹³, uma continuidade da história positivista baseada no acontecimento (NORA, 1974), depois confirmado em *Les lieux de mémoire* (NORA, 1984-1992), quando colocava em prática seu conceito objetivista, reificador, de uma memória histórica de tipo comemorativo, em torno de grandes datas, lugares e acontecimentos ligados a uma história nacional francesa de batalhas e “grandes homens”¹⁴. Um conceito tradicional da memória como objeto de estudo, que desvia a memória para as margens da história social, renunciando uma abordagem historiográfica global, falando em nome de um suposto monopólio acadêmico sobre a contribuição fundamental da memória do sujeito histórico do presente imediato¹⁵. Em suma, a noção de memória do fundador de *Liberté pour l’histoire* não tem substância humana, distante do “ogre historien” do fundador dos *Annales*¹⁶. Memória mais própria do século XIX, e por muito que se use uma linguagem atual, cujo regresso aproveita o terreno livre para os “retornos”, já que se esgotaram as vanguardas historiográficas do século XX.

Na verdade, existem dois modelos de memória histórica: o alemão e latino¹⁷. O primeiro nasceu em Nuremberg (1945), com julgamentos políticos contra os nazistas responsáveis pelo Holocausto e as leis posteriores que criminalizam a negação do mesmo. O segundo nasceu em Buenos Aires (1975) com o movimento social das mães da *Plaza de Mayo*, parentes de desaparecidos e amigos da memória histórica (que consideram direitos humanos retrospectivos), que conseguiram depois de quatro décadas de atividade incansável, um importante apoio jurídico e político por parte do governo

¹³ Hoje é diferente, é mais fácil ser rankeano, pois nem o marxismo e nem os *Annales* existem como tendências. Ver: BARROS, Carlos. La Escuela de los ‘Annales’ y la historia que viene. *La historia que se fue*, Suplemento Cultural del Diario de Sevilla, n. 99, 18 de janeiro de 2001 (www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/historiografia_inmediata/escueladeannales.htm).

¹⁴ A história historicizante, acontecimental, descritiva, tão criticada por Marc Bloch, Lucien Febvre e seus continuadores dos *Annales*.

¹⁵ No entanto, seria errôneo caracterizar simplesmente Nora como um historiador do século XIX do tipo Ranke, Seignobos e Langlois, como se vê em suas iniciativas editoriais como *Le débat* (1980) e *Ego-histoire* (1986); trata-se de um conservador “atualizado” com obras de interesse, incluindo *Les lieux de la mémoire*, independente das nossas críticas epistemológicas e historiográficas. As pedras também não formam as grandes obras, monumentos e comemorações, da rememoração (política) da história?

¹⁶ “O bom historiador, ele se parece com o ogro da lenda. Onde ele cheira a carne humana, ele sabe que não é o seu jogo” (BLOCH, 1952, p. 25). Infelizmente a palavra “ogro” desaparece na tradução espanhola.

¹⁷ Explicamos de forma mais aprofundada em *Historia de la memoria, memoria de la historia*, conferência na Escola Nacional de Antropología e História. México D. F., 5 de dezembro de 2011 (<http://youtu.be/euRNzJOHMcI>).

Kirchner. Não leis punitivas, - diferente dos Governos alemães apoiados pelos Aliados -, que restringem a liberdade de expressão dos partidários de Videla¹⁸ para defender ou justificar as "realizações" de ditadura argentina (1976-1982). Alguns permanecem no movimento, porque alguns dos protagonistas estão mortos (como Videla) e outros ainda são prisioneiros ou tem processo pendente. Eles também estão sendo julgados como na Alemanha do pós-guerra, mas na Argentina a acusação de genocídio respondeu mais a pressão da sociedade civil e na Alemanha a uma decisão política da coalizão militar antinazista (com apoio da parte mais democrática população alemã). A França, que também foi liberta pelos aliados (com o apoio da resistência francesa), segue com suas leis sobre memória editadas pelo Estado democrático, de modelo alemão. O caso espanhol inspira-se, no entanto, no modelo argentino. Memória histórica para nós é principalmente um movimento social (apoiada por historiadores como aconteceu na Argentina) feito de forma moderada e transitória, pelo Governo Zapatero (2004-2008) e as Comunidades Autônomas não governadas pelo Partido Popular.

Qualquer cidadão ou historiador na Espanha pode negar o Holocausto, o genocídio armênio, ou justificar a escravidão como consequência "natural" da estrutura socioeconômica da época¹⁹, sem medo de ser levado diante do tribunal²⁰. Diferente da França, a Lei de Memória Histórica de 2007 não

¹⁸ Embora ativos na oposição ao Governo de Cristina Fernández, o que nos faz temer uma mudança radical no sistema eleitoral na Argentina e supor um retrocesso histórico da memória e dos direitos humanos.

¹⁹ No caso de Olivier Pétré-Grenouilleau, professor de história do conservador *Institut d'études politiques* de Paris, que escreveu uma obra sobre o tratamento dos escravos (*Les traites négrières. Essai d'histoire globale*, Paris, 2004), onde defende que o tráfico de escravos na Europa não tinha caráter genocida porque os traficantes não tiveram tal objetivo já que seu interesse era exclusivamente mercantil (!); uma associação de memória dos descendentes (*Collectif des Antillais, Guyanais, Réunionnais*) apresentou uma denúncia (que logo retiraram) com base na declaração da Assembleia Legislativa Francesa de que a escravidão configura-se em crime contra a humanidade, dando lugar indiretamente à carta de 13 de dezembro de 2005 organizada por Pierre Nora, que deu origem à associação *Liberté pour l'histoire* (<http://www.lph-asso.fr/>) reivindicando "história para os historiadores" e *slogans* diversos como "a história não é moral", "A história não é a memória"...; a fim de conseguir (sem êxito, certamente) a revogação das leis da memória; esta iniciativa corporativa queria marcar, impulsionar e defender o "giro conservador", iniciado nos anos 90 (depois do fracasso do momento crítico dos *Annales* (<http://www.h-debate.com/cbarros/spanish/tournant.htm>), depois da historiografia da França abrir uma distância crescente com a sociedade francesa e seus atores políticos (menos com a extrema direita de Jean-Marie e Marine Le Pen).

²⁰ Urge defender a liberdade de expressão e investigação do historiador; firmei uma declaração pública e solidária com Oliver Prété-Grenouilleau, incluindo um documento mais tarde que não me deixou muito distante de Pierre Nora no sentido de estender à Europa (com pouco resultado) a oposição a toda lei de memória que pudesse supor um perigo para as liberdades historiográficas, se não fosse pela minha oposição em relação ao colega francês em trazer para a nova história

condiciona a liberdade de expressão dos historiadores, acadêmicos ou não acadêmicos. De fato, surgiu paralelamente, fora da Universidade, com Pío Moa, César Vidal e outros, uma historiografia neofranquista que legitima²¹, na ausência de base empírica, o golpe militar de 1936 e a ditadura franquista, sem que nenhum descendente de suas vítimas os tenha denunciado²², muito menos qualquer poder democrático surgiu a partir do questionamento da transição de 1977²³. Os movimentos espanhóis, social e acadêmico, voltairiano e democrático pela memória histórica estão defendendo que se feche a boca sim, mas com a lei e não com a mão²⁴, dos nostálgicos do franquismo²⁵. Simplesmente se exige justiça, verdade histórica e reparação para as vítimas, de acordo com o direito internacional, sem o qual jamais existirá na Espanha uma democracia completa, real.

3. Memória histórica na Espanha

Resumindo: ao contrário da França, os únicos que não tem liberdade para investigar na Espanha a ditadura franquista, sem passar por um juiz, são os

francesa acadêmica àquela do século XIX: uma espécie de Termidor historiográfico que ainda não encontrou freio no hexágono.

²¹ Outra coisa é a apologia explícita do franquismo: em 17 de outubro de 2013 todos os grupos políticos do Congresso de Deputados, exceto o PP, aprovaram uma iniciativa da CIU [nota do tradutor: uma federação de partidos políticos nacionalistas de direita moderada da Catalunha integrada por Convergência Democrática da Catalunha, de ideologia liberal e centrista e União Democrática da Catalunha, de ideologia democrata cristã ou social-cristã] de incluir no Código Penal como delito, a apologia ou enaltecimento do franquismo junto ao nazismo e ao fascismo. Ver: <http://www.publico.es/473901/el-pp-se-queda-solo-en-el-congreso-rechazando-castigo-penal-para-la-apologia-del-franquismo>.

²² Na realidade houve o contrário, como depois analisaremos, serão os descendentes dos torturadores franquistas quem denunciam historiadores e outros profissionais por coletarem fontes orais e escritas dos responsáveis pela repressão genocida nas cidades da Espanha.

²³ Na realidade, a virada da historiografia franquista desde os anos de Aznar não se explica sem o apoio midiático e editorial, político e institucional (da Real Academia de História, por exemplo), por parte do Partido Popular, hoje no governo, e sua recusa politicamente interessada em condenar o franquismo, 36 anos depois da transição.

²⁴ Outra coisa é a permissividade dos Governos e instituições democráticas espanholas em relação à Falange Espanhola e das JONS que tem sido acusado no julgamento contra Garzón, e mais recentemente contra o jornalista Gustavo Rivas que tem se atrevido a recordar na imprensa digital o passado criminal do partido fundado por José Antonio Primo de Rivera.

²⁵ Franco e sua gente eliminaram fisicamente, entre 1936 e 1977, mais de 100.000 cidadãos, buscando cercar a oposição política, acadêmica e cultural ao seu governo, utilizando os recursos de um Estado que ganhou pela violência, o que não impediu o êxito final da luta antifranquista, mas contribuiu para a baixa qualidade da democracia espanhola... até hoje.

historiadores, em sua imensa maioria democratas, não franquistas²⁶. Em 2007 empreendemos através da Academia Solidária na *website Historia a Debate*, uma campanha nacional e internacional a favor de Dionisio Pereira²⁷, membro da equipe de três universidades galegas que investiga a repressão franquista na Galícia²⁸. Contra o historiador galego se apresentou uma ação judicial da família de Manuel Gutiérrez Torres, chefe da Falange do Cerdedo, pois Dionisio publicou em seu livro que este teria sido responsável pela repressão local durante a guerra civil, conforme dados obtidos através de fontes orais sobre a repressão do povo da Província de Pontevedra (PEREIRA, 2006). Conseguimos absolvição²⁹.

Desde a transição, na democracia houve outros casos de historiadores e documentaristas históricos perseguidos na Espanha por investigar a verdade oculta da história do franquismo e divulgar seus resultados³⁰. Isso sem mencionar processo (processos, na realidade) que tiveram lugar, entre 2010 e 2012, no Tribunal Supremo contra o juiz Baltasar Garzón³¹ por pretender investigar crimes de lesa-humanidade da ditadura, assim como foi feito na França, desde 1945 até hoje, com os colaboracionistas e nazistas que teriam as mãos manchadas de sangue. *A Liberté pour l'histoire* de Pierre Nora na Espanha

²⁶ A Universidade espanhola é democrata, além de democrata, iniciou sua transição antes do resto do país, e seus estudantes e professores participaram nos anos 60 e 70 de maneira muito destacada da luta antifranquista.

²⁷ Sobre a campanha em favor de Dionisio Pereira, ver: <http://www.h-debate.com/Spanish/academiasolidaria/actuaciones/dpererira/menu.htm>.

²⁸ "Proxecto Interuniversitario Nomes e Voces", sob a direção de Lourenzo Fernández Prieto, ver: <http://www.nomesevoces.net/>.

²⁹ A jurisprudência acumulada sobre a primazia do direito de liberdade de expressão e investigação sobre o direito da "honra da família" explica que não houve condenação, mas dada a influência neofranquista na justiça espanhola, são muitos os historiadores da guerra civil e da ditadura que receiam e evitam em suas investigações sobre a repressão buscar "todos os nomes", ignorando as referências que aparecem nas fontes a autores intelectuais e materiais dos julgamentos, sequestros, torturas e assassinatos em nome do "Movimento Nacional" do general Franco; o último caso do citado jornalista Gustavo Rivas, cuja campanha de solidariedade está em marcha, ver: <http://www.h-debate.com/Spanish/academiasolidaria/actuaciones/grivas/menu.htm>, y también <http://www.change.org/es/peticiones/cqj-no-consideren-denuncias-como-la-de-falange-contra-el-periodista-gerardo-rivas>.

³⁰ O primeiro caso teve lugar em 1980, contra Fernando Ruiz Vergara, diretor do documentário "Rocío" (<http://youtu.be/CIBOdAPe1e4>) onde em entrevista relatam a barbárie franquista no Almonte, cujos responsáveis se voltaram contra ele, e ainda, um juiz apreendeu os cartazes e Vergara sofreu uma condenação judicial confirmada pelo Tribunal Supremo com prisão, multa e indenização; Ruiz Vergara morreu em 2011 em seu "exílio" português como vítima do franquismo "democrático", sem direito à reparação alguma.

³¹ Juntou-se o processo pela causa franquista com outro por sua atuação em um estrondoso processo de corrupção do Partido Popular (caso Gürtel, ainda em aberto): em 2012 Garzón foi expulso da carreira judicial na Câmara do Supremo Tribunal, e "exiliado" da América Latina... até que houve sua reincorporação na Audiência Nacional em 2021 segundo a sentença, embora isso possa ocorrer antes da democracia do Governo da Espanha de 2015.

seria, pois, reivindicar a liberdade de investigação e de expressão para os pesquisadores da repressão franquista, argumentando que o juiz Garzón, que pretendeu (correndo riscos profissionais que poucos estão dispostos a correr) assegurar o direito à justiça, à verdade histórica e à reparação das vítimas do fascismo espanhol, como se fez, vale repetir, na Alemanha e na França durante o pós-guerra.

Perguntaram a Pierre Nora o que achavam sobre o caso Garzón: “Perguntei-lhe sobre os diversos lados do processo do juiz Garzón”, escreveu Bartolomé Bennassar em 14 de abril de 2010, pedindo sua opinião, como no manifesto de Blois de *Liberté pour l’histoire* e conhecedor da Espanha moderna... O hispanista contesta em 21 de abril, aconselhando que Nora e sua associação peçam a anulação do judicial: “Em suma, se é para apoiar Garzón, que a acusação seja retirada”³². Não houve resposta até hoje. Há na *Liberté pour l’histoire* dois modos de medir: na França, liberdade para investigar a história sem perseguição judicial, mas não na Espanha, onde os investigadores são afetados por serem democratas de esquerda. Provavelmente, muitos dos colegas franceses seguidores de Pierre Nora, e ele mesmo, dariam ao problema de Garzón o mesmo que para a memória histórica na Espanha. O estranho é que historiadores espanhóis, que são do Partido Popular, que se julgam num papel muito ativo – através de Federico Trillo, atual embaixador da Espanha em Londres – defenestram o juiz que – recordemos – não condenara a ditadura e suas consequências, se aliando (objetivamente) com a direita acadêmica francesa para negar a verdade, a justiça e a reparação das vítimas espanholas do plano franquista de extermínio posterior a 1936.

A estas alturas, a razão para esta estranha³³ aliança anti-memória histórica não deve ser procurada na defasada adesão política a uma transição

³² Tem mais valor este conselho sobre a necessidade de solidarizar-se com Garzón porque Bennassar teve a má sorte de informar-se com um “amigo espanhol” que lhe disse que a anistia de 1977 “impede” a investigação dos crimes franquistas (não é verdade, os crimes contra a humanidade não são anistiados) e que uma investigação sobre o franquismo poderá “destruir a ação pacífica da Transição”, ou seja, provocar outra guerra civil (!); as cartas estão disponíveis em http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=148:a-propos-du-juge-garzon-echanges-entre-pierre-nora-et-bartolome-bennassar&catid=53:actualites&Itemid=170&lang=fr.

³³ A verdade é que, fora Santos Juliá, quase ninguém do meio acadêmico fala de maneira clara contra a memória histórica, o que não significa que, em pleno retorno do positivismo, muitos resistem “em particular” à memória histórica como tendência historiográfica, utilizando meias verdades importadas da França como isso de que “a memória e a história são coisas diferentes”.

espanhola esgotada, que ninguém vê como exemplar, como na tardia adesão historiográfica e epistemológica a um conceito positivista do ofício do historiador que separa de maneira artificial (anti-científica) o objeto do sujeito da história (sendo este, agente histórico ou agente historiográfico), o passado do presente, a história da memória. Ainda bem que se trata de um fenômeno minoritário e a universidade espanhola, também vítima histórica do franquismo, como se tem divulgado ultimamente³⁴, está usando seus recursos para ajudar o movimento memorialista espanhol a recuperar os corpos das vítimas e a verdade histórica dos povos da Espanha diante do autoritarismo.

4. Memória e movimentos sociais

Nos séculos XX e XXI, a história e a historiografia se atualizam na Espanha e em outros países. Temos vivido em paralelo, no início do novo milênio, três novos movimentos sociais de transcendência histórica e historiográfica, e, portanto, política, afetando as mentalidades sociais, políticas e... acadêmicas.

Em primeiro lugar, a recuperação da memória histórica que se inicia em El Bierzo (León) em 2000, com a abertura da primeira vala de fuzilados da guerra civil por um grupo encabeçado por Emilio Silva, o primeiro neto de fuzilados da guerra civil, que se juntou a outros afetados para recobrar os corpos e a memória de seus familiares (houve na década de 70 iniciativas "esquecidas"³⁵ neste sentido), e ajudar os atores sociais e políticos a questionar uma democracia com grandes lacunas, retomando suas (re)construções, décadas depois de uma transição inacabada.

O segundo movimento social interessa de maneira mais direta aos historiadores e em particular, à historiografia: a revitalização e atualização da historiografia franquista como parte substancial do auge do pensamento

³⁴ Graças à memória estamos conhecendo melhor e difundindo, também na Universidade, os aspectos mais negros de uma ditadura que alguns de maneira pouco responsável dizem que "já estava pesquisada", demonstrando que sem memória não há verdade histórica completa.

³⁵ A partir de 1971, familiares de fuzilados, apoiados por sacerdotes, escavaram as covas em Navarra e La Rioja, ver: JUNQUERA, Natalia. "Yo, sacerdote, pecador, os pido perdón", *El País* 25/3/2012 (http://politica.elpais.com/politica/2012/03/23/actualidad/1332526424_970023.html); em plena transição (1979), o prefeito de Torresandino, Burgos, escava a cova onde seu pai foi enterrado, ver <http://www.publico.es/espana/153515/la-primera-fosa-en-exhumar-justicia>.

ultraconservador na Espanha a partir da segunda legislatura de José María Aznar (2000-2004). Diz-se³⁶ que esta “nova direita espanhola” se assemelha – em alguma medida, é certo – a *Tea Party* de grande influência (negativa para seu desenvolvimento) no Partido Republicano dos Estados Unidos. Mas não creio que a nossa direita seja tão “nova”: seu principal componente vital e intelectual, religioso, histórico e historiográfico é, sem dúvidas, o neofranquismo³⁷. Temos vivido, na última década, um inquietante retorno às raízes franquistas de boa parte do que foi a UCD³⁸, absorvida nos anos 80 pela Aliança Popular, herdeira direta do franquismo político, que em 1989 passou para o atual Partido Popular. Em 2012, em um “partido único” de direita espanhola seguem conservando vivas a memória – quando não há reivindicação – de suas raízes históricas autoritárias, o que, de um lado, contribui a certa direita midiática, e por um lado, à historiografia neofranquista³⁹. Passadas mais de três décadas de transição franquista, seguem os dirigentes e deputados do PP⁴⁰, negando-se, em plena democracia, dentro e fora da sede parlamentar, a condenar o franquismo, opondo-se de forma ativa e passiva à recuperação da nossa memória histórica, incluindo-se o boicote do governo, desde o final de 2011, à vigente e pedagógica Lei de Memória Histórica de Zapatero⁴¹ e ao processo judicial contra os crimes de franquismo que se leva adiante na Argentina com a juíza Servini, em aplicação da justiça universal. Em 28 de dezembro de 2011 na Província Distrital de Lugo o Partido Popular se negou a votar para que se retirassem as honras concedidas a Franco durante a sua ditadura (1936-1977)⁴²; o mesmo ocorreu na cidade de

³⁶ Como em: *Spanish Neocon. La revuelta neoconservadora en la derecha española*, Madrid, 2012.

³⁷ O que explica que na Espanha não existe um partido específico de extrema direita como em outros países europeus, e que os ultradireitas espanhóis votem no PP, embora não gostem de fazer isso.

³⁸ Nota do Tradutor: UCD (União de Centro Democrático), foi uma coligação política e posteriormente um partido político espanhol de centro, cujo líder foi Adolfo Suárez.

³⁹ Este clima de retorno ao franquismo em pleno século XXI tem sua máxima expressão na oposição visceral à memória histórica, e explica a situação da Real Academia de História e seu papel no “novo” pensamento conservador na Espanha.

⁴⁰ Nota do Tradutor: O Partido Popular (PP) é um partido político conservador da Espanha fundado em 1989, definido nos seus estatutos como de “centro reformista”. Tem a sua origem em Aliança Popular, quando se uniu com o Partido Democrata Popular e Partido Liberal Espanhol.

⁴¹ O Governo de Rajoy retirou todas as subvenções das associações de familiares de vítimas quanto à escavação das valas; paralisaram-se os projetos de pesquisa universitárias da Galícia e de outros lugares; seguem visíveis os símbolos da ditadura em quartéis, edifícios públicos e ruas e nós enfrentamos novamente, segundo vemos, processos da Falange contra um jornalista (Gustavo Rivas) por ter posto em evidência na imprensa digital o passado de crimes do partido fascista espanhol.

⁴² Vídeo do ato: http://www.youtube.com/watch?v=ubFFKIYn_x4.

Coruña a respeito de Millán Astray⁴³ assim como em outras tantas instituições espanholas de nossa frágil democracia representativa⁴⁴. A última vez que o PP se negou a condenar o franquismo acaba de acontecer no Congresso de Deputados de 2 de maio de 2013.⁴⁵

A terceira grande novidade social, histórica e política, também com implicações historiográficas, é o movimento dos indignados, nascido em 15 de maio de 2011, que sensibilizou a comunidade espanhola em todo mundo, em tão pouco tempo. Vimos que Rei Juan Carlos I pediu desculpas, em 18 de abril de 2012, ao povo espanhol diante de tantas críticas recebidas dentro e fora da dentro das redes sociais por ter ido caçar elefantes na Botswana, estando seus súditos no foco de uma tempestade contínua de cortes de direitos sociais, de salários, de gastos públicos com a educação e a saúde pública. As pesquisas de opinião pública realizadas em 2011, 2012 e 2013 vêm resultando em 70% a 80% de espanhóis que pensam que o 15M⁴⁶ teria, e têm, razão em suas motivações, críticas e demandas. As motivações do 23F⁴⁷ e do 25A⁴⁸ de 2013

⁴³ O PP apoiado em um sector afinado com o judiciário conseguiu em agosto de 2011, restituir o título de filho predileto do município A Coruña para o general franquista Millán Astray, ver: <http://www.publico.es/especiales/memoriapublica/391574/el-pp-mantendra-a-millan-astray-como-hijo-predilecto-de-a-coruna>.

⁴⁴ O PP na Galícia condenou o franquismo, junto com o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e o Bloco Nacionalista Galego (BNG), no Parlamento autônomo em 9 de outubro de 2008, mas pois fim às ajudas à memória histórica ao chegar à Junta de Galícia no 2009 e vem aprovando a ruptura quanto às ações de exaltação do franquismo de seus dirigentes no âmbito local até hoje: as últimas dos prefeitos Baralla e Beade; ver: <http://www.rtve.es/noticias/20130917/pp-impide-reprobacion-del-alcalde-baralla-lugo-justificar-represion-franquista/747054.shtml>; http://www.cuatro.com/las-mananas-de-cuatro/politica/Senen_Pousa-Fascismo-Franco-alcalde_de_Beade_2_1666905067.html.

⁴⁵ Evidentemente os dirigentes do PP não condenam a ditadura, entre outras razões, porque pensam que os faria perder votos; a União Progresso e Democracia (UPyD) se absteve nesta votação pelo mesmo: aspira os votos que o PP está perdendo profusamente pelos cortes e crise.

⁴⁶ Nota do tradutor: O Movimento 15-M (15 de maio de 2011), também chamado de movimento dos indignados, quando 40 pessoas decidiram acampar na *Puerta del Sol* na Espanha, pacificamente, com a intenção de promover uma democracia mais participativa.

⁴⁷ Nota do Tradutor: 23-F foi uma tentativa de golpe de Estado na Espanha, que começou em 23 de Fevereiro de 1981 e terminou no dia seguinte. É conhecido como El Tejerazo o nome de sua figura de liderança mais visível, Antonio Tejero. Adentraram no Congresso dos Deputados de Espanha, com um grupo de 200 policiais armados da Guarda Civil durante o processo de eleição de Leopoldo Calvo Sotelo para ser novo o primeiro-ministro no país. Rei Juan Carlos I fez um discurso televisionado nacionalmente denunciando o golpe e pedindo a manutenção da lei e da continuidade de um governo democraticamente eleito. O golpe logo entrou em colapso. Depois de tomar o Parlamento "refém" por 18 horas, os manifestantes se renderam na manhã seguinte sem ter prejudicado ninguém.

⁴⁸ Nota do Tradutor: 25A: 25 de abril (uma jornada de luta indignada).

mostram a tendência recente do 15M a convergir com as demandas democráticas antigas, mas ao mesmo tempo atuais do antifranquismo⁴⁹.

Junto com o auge da indignação generalizada na Espanha com a grave crise econômica, política e social, provocada pelos poderes financeiros e institucionais, internacionais e nacionais, cresce de maneira inter-relacionada a consciência cidadã acerca da insuficiência da democracia surgida em 1977, de uma transição da ditadura a uma democracia de condições adversas (internas). Somos testemunho da segunda década de um novo século de uma vasta indignação social com uma forte política que está erodindo de maneira dificilmente reversível, o bipartidarismo, a monarquia, a "classe política", etc. Questionando uma Constituição limitada que nem sequer é a mesma que produzimos e aprovamos em 1978, a reforma constitucional de 27 de setembro de 2011 (artigo 135) estabeleceu de maneira ilegítima o interesse dos bancos credores acima da maioria social e a soberania do povo espanhol, fixando o teto máximo do *déficit* público em 0,4 % do PIB, tornando "obrigatórios" deste modo os atuais cortes que resultam no desemprego, Algo que não estava no espírito e nem na letra do acordo constitucional (lembrando que sob a "bota militar") para sair da ditadura de Franco. Golpe "constitucional" por parte de um sistema bipartidarista (em crise⁵⁰) que agravou este modo de desapego acelerado dos democratas e de um conjunto da população espanhola, com a institucionalização política surgida das mudanças "tuteladas" da ditadura rumo à democracia no final dos anos 70.

Para não mencionar a indignação econômica que está na origem do movimento social em curso⁵¹. Entendemos o 15-M, por conseguinte, como um

⁴⁹ A *Marea Ciudadana* que organizou contra a comemoração de 23 de fevereiro de 2013 (aniversário do golpe militar de Tejero e Miláns do Bosch), coordenou também (com os indignados portugueses) a jornada nacional e internacional de 12 de maio de 2013 em razão do aniversário do 15M; a origem do MC está na confluência, nos finais de 2012, da "maré branca" da saúde e a "maré verde" da educação, setores com uma composição tradicional de luta mais ampla que se vincula melhor com os movimentos dos anos 70 e 80: sua hegemonia atual no 15M se consolidou a partir do fracasso da convocatória (ambígua sobre o tema da violência) de 25 de abril de 2013 de "assédio ao Congresso" (mesmo assim, uma data importante para o antifranquismo) e a decisão de passar à política de uma parte de Democracia Real Ya, autora da primeira convocatória de 15 de maio de 2011.

⁵⁰ Em 2013, as pesquisas eleitorais dão PP e ao PSOE menos de 50% (longe do habitual 75%) da intenção de voto dos espanhóis que pensam votar, porcentagem que se reduziu, mas se considerarmos os votos nulos e as abstenções, animados por uma parte do 15M.

⁵¹ No 15M coincide a dinâmica espanhola da dinâmica internacional como nos anos 60-70, e não tem em 2011 menos importância que em 1968.

claro sintoma, causa e consequência de uma insatisfação crescente, com desdobramentos imediatos, políticos e eleitorais, que coloca sobre a mesa a urgência de um novo impulso democrático na Espanha, para sair desta interminável crise econômica, social e institucional, que se agudiza desde 2010. O que obriga, a todas as forças progressistas, a esquerda em seu sentido mais amplo e variado, a assumir as suas responsabilidades.

Historicamente a esquerda tem sido na Espanha motor principal da luta pela liberdade e pelo progresso desde as Cortes de Cádiz. No século XIX foi a esquerda liberal e a iniciante esquerda trabalhadora, e no século XX, as esquerdas socialista, anarquista, comunista, nacionalista, republicana... até a transição e o começo promissor dos movimentos sociais de XXI (fator chave, até hoje, para a regeneração política). Não falo apenas da esquerda política, cujas responsabilidades, desafios e defeitos são evidentes e nada fáceis de dar conta (para uns menos que para outros). Refiro-me, além da política, por um lado à esquerda social, e de outro, a esquerda cultural e acadêmica. Na própria universidade estamos sendo forçados, queiramos ou não, tanto os representantes e gestores, como professores e estudantes, a sair pública e continuamente, individual ou coletivamente, em defesa da universidade pública, com claro risco de cortes que vem sendo propostos à margem da soberania popular⁵².

5. Franquismo na Real Academia de História

Neste contexto de crise global, também em maio de 2011, a Real Academia de História (RHA) espanhola divulgou o Dicionário Biográfico Espanhol⁵³. Eu não digo que seja inútil aos historiadores, ainda que custe caro

⁵² A perda de alunos e professores, sobretudo, jovens, o que põe em perigo a geração de professores nascidos depois da II Guerra Mundial, assim como a falta de meios para investigar e gerir as universidades, a causa das políticas de austeridade e a consequente recessão econômica, está engendrando uma crise da universidade espanhola como nunca se viveu na Espanha desde a guerra civil e o primeiro franquismo.

⁵³ Obra faraônica paga com dinheiro do Orçamento do Estado que o Governo disse não dispor para manter a pesquisa e a educação pública.

(3.500 euros⁵⁴), sendo um dicionário com tantas informações relativamente verificáveis, sobre os “grandes homens” da história da Espanha: mesmo para aqueles que não são adeptos do fundador do positivismo aplicado na história de Leopold von Ranke, cujo enfoque historiográfico ocultava (e oculta para seus seguidos atuais) o papel dos sujeitos sociais na estrutura da história. O tradicionalismo historiográfico, contudo, não é pior que o Dicionário Biográfico Espanhol. O pior é o filofranquismo que ainda vigora no Dicionário quando se lida com a história do século XX. De forma repetida, e devemos destacar disso, Franco e seu regime foram classificados, no Dicionário da Academia de História, como simplesmente “autoritários” contra a evidência histórica (como o PP no Congresso de Deputados), de que Franco foi um ditador, e seu regime político, uma ditadura repressora, semelhante ao nazismo alemão e ao fascismo italiano que motivaram o golpe de 36, depois apoiando militarmente a guerra civil que fomentou o grupo franquista contra o governo republicano legitimamente eleito. A caracterização do franquismo como uma ditadura é um paradigma consensual pela maioria dos historiadores espanhóis e hispanistas, assim como para os cientistas políticos e sociólogos, dentro e fora da Espanha.

Esta polêmica político-historiográfica provocada pelo Dicionário Biográfico Espanhol, não casualmente, coincide com os acontecimentos históricos significativos. Em primeiro lugar, nas eleições de 20 de novembro de 2011, os resultados subentenderam um deslocamento da direita mais conservadora para a maior parte das instituições públicas em todos os âmbitos de elegibilidade (municipal, regional e federal) o que não ocorria desde a transição para a democracia. Um monopólio unipartidarista de poder político que afetou todo o tipo de instituições não elegíveis que dependem da administração do Estado como, por exemplo, o Tribunal Supremo⁵⁵ ou a RAH. Entre as primeiras medidas tomadas pelo governo do PP que parte da maioria absoluta do 20N⁵⁶ está

⁵⁴ Até agora nenhuma das universidades espanholas consultadas por um meio de comunicação digital (*El Confidencial*, 9/1/2013) reconheceu ter comprado o Dicionário da RAH, por causa do preço e falta de rigor histórico, sem contar a rejeição explícita de alguns departamentos de história.

⁵⁵ A Câmara do Supremo Tribunal com o apoio do Conselho Geral do Poder Judiciário (em paralelo ao impulso por parte do PP de uma RAH com um perfil político mais beligerante), coordenados pelo Governo, condenaram o juiz Baltasar Garzón pelo caso Gürtel contra o PP (motivo conjuntural) e a investigação dos crimes franquismo (motivo de fundo).

⁵⁶ Nota do Tradutor: 20N designa na Espanha o “20 de novembro”, como comemoração de nostálgicos do franquismo e/ou grupos de direita quanto ao aniversário da morte de José Antonio Primo de Rivera e Francisco Franco por falangistas .

ratificando⁵⁷ sua generosa concessão econômica para que a RAH termine o trabalho com o Dicionário Biográfico Espanhol sem mudar nada⁵⁸ de sua orientação, ao contrário, assumindo e fomentando o neofranquismo, então presente na parte sobre contemporaneidade no Dicionário da RAH: premiando assim o Governo de Rajoy pela fidelidade e proximidade às suas inquietações ideológicas e historiográficas, uma vez que se tirava da educação, da pesquisa e da cultura, os subsídios econômicos, ao se recusarem a apoiar o Dicionário Histórico da língua castelhana da RAH, de caráter mais democrático e plural, e, sem dúvida, de menor “utilidade política” para o PP⁵⁹.

O segundo fato, não por acaso, aparece também no Dicionário Biográfico Espanhol, diz respeito à expulsão mencionada de Baltasar Garzón da magistratura logo após o início do reinado de Mariano Rajoy, por querer investigar judicialmente os desmandos da ditadura, então justificada e edificada neste dicionário de “grandes personagens” da história contemporânea da Espanha, o que corrompe academicamente e politicamente o conjunto da obra⁶⁰.

O dicionário da RAH tem provocado e provoca, e seguirá provocando no futuro, uma forte repulsa democrática e profissional, entre historiadores espanhóis, de convicções genuinamente democráticas em sua grande maioria. Se sentem mais prejudicados aqueles colegas – ignorados pelos editores do Dicionário – que levaram anos trabalhando com rigor, ética e produtividade, em relação aos períodos históricos mais deturpados pelos autores mais extremistas e menos escrupulosos do Dicionário Biográfico Espanhol.

⁵⁷ O convênio inicial para a edição do DBE se firma em 21 de julho de 1999 por parte do presidente da RAH, Gonzalo Anes e o Ministro da Educação e Cultura no momento, Mariano Rajoy (atual presidente do Governo da Espanha), sendo então presidente do Governo, José María Aznar.

⁵⁸ O novo governo do PP contradiz uma decisão prévia do Ministro de Educação do PSOE instando a RAH a mudar o aspecto pro-franquistas, e uma resolução posterior do Congresso dos Deputados exigindo novamente retificação antes do alarme desencadeado entre historiadores e na opinião pública pelos conteúdos dos primeiros tomos que viram no Dicionário.

⁵⁹ Ainda assim, em 22 de junho de 2012 a Associação para a Recuperação da Memória Histórica de Emilio Silva solicitou à Real Academia Espanhola que atualizasse a definição *lighth* (que não empregava, como a RAH e o PP, a palavra “ditadura”) do termo “franquismo”: “Movimento político e social de tendência totalitária, iniciado na Espanha durante a Guerra Civil de 1936-1939, em torno do general Franco, e desenvolvido durante os anos de sua presidência”, ver: <http://www.memoriahistorica.org.es/joomla/index.php/component/content/article/490-la-asociacion-para-la-recuperacion-memoria-historica-denuncia-que-la-rae-siga-definiendo-gamablemente-el-franquismo->.

⁶⁰ Colegas que escreveram no Dicionário sobre diferentes épocas se queixaram quanto a esta contaminação: pergunto se não viram isso antes.

Vejamos as críticas mais significativas e coletivas da academia historiográfica, dos editores e determinados autores do contestado Dicionário. Primeiro, não somente por ser professor da Universidade de Santiago da Compostela, mas também pela ampla divulgação da crítica realizada quanto ao Dicionário da RAH: o texto do Departamento de História da USC, em 2011, divulgado entre os departamentos da área do conhecimento histórico das demais universidades espanholas.

A ACADEMIA SOMOS NÓS.

Os historiadores e historiadoras que assinam este texto não podem se sentir representados pela Academia de História. Queremos afirmar categoricamente em relação à interpretação sobre o franquismo que fazem algumas vozes incluídas no Dicionário Biográfico Espanhol, recentemente publicado.

Consideramos um atentado à profissão e ao seu estatuto acadêmico. A História é um conhecimento baseado em regras consensuais, construído através de fontes, resultados comparativos e sempre submetidos ao debate.

O Dicionário Biográfico editado pela Academia contém, em sua forma e em seu teor, no procedimento de elaboração nos seus resultados, uma agressão dos princípios mínimos do ofício historiográfico, que grande parte de seus resultados não podem nem submeter-se ao debate público: não porque não resistiriam ao debate, mas porque não merecem debate.

A reprodução de relatos apologéticos da ditadura franquista e a ideologia militante franquista que contém esta publicação não pode ser considerada História, mas mera propaganda.

Entendemos que é hora de dizer basta para o bem da profissão e, ademais, por se considerar o aspecto social que envolve a História. É o momento para discutir porque chagamos a esta situação e porque se atribui autoridade ao que não é reconhecido pelo público.⁶¹

Segundo, a plataforma pública presidida por Emilio García Wiedemann⁶² que se constituiu também em 2011, (ano dos indignados) para denunciar judicialmente, na Granada de Federico García Lorca, à Real Academia de História os mencionados autores do Dicionário Biográfico Espanhol: solicitam que se

⁶¹ Mais informações em: <http://www.nomesevoces.net/gl/post/historiadores-e-historiadoras-asinan-o-texto-a-academia-somos-nos/>; o argumento principal anti-DBE descansa no que se tem de bom na contribuição do positivismo na história, o uso de fontes na pesquisa, especialmente eficaz quando se debate com historiadores conservadores que introduzem sua ideologia de maneira subentendida (como o que faziam também Ranke, Seignobos e Langlois) e manipuladora (como no DBE) em seus trabalhos.

⁶² Emilio García Wiedemann era filólogo, professor da Universidade de Granada e libertário: morreu em 3 de setembro de 2012 com 53 anos.

retirem os tomos onde se faz apologia do franquismo (apesar de que isso não seja um delito na Espanha, como já dito) e que RAH devolva os 6,4 milhões recebidos como subsídios para a publicação.⁶³ O processo foi arquivado um ano depois, sob o Governo de Rajoy, pelo procurador-geral da Comunidade de Madrid (parece que o Governo não confiava na burocracia andaluz) em 15 de Junho de 2012.

Terceiro, em nove de abril de 2012, se apresentou a obra coletiva *O combate pela História*, feliz iniciativa do editor Gonzalo Pontón (antes na *Editorial Crítica*, agora na *Pasado & Presente*) que encarregou Ángel Viñas a coordenação de um livro sistematicamente crítico em relação ao conteúdo mais infame do Dicionário Biográfico Espanhol. Ángel Viñas é bem conhecido em nosso grupo de estudos *Historia a Debate* por ter participado, em dezembro de 2010, com sua conferência sobre a memória e a verdade histórica no IV Congresso Internacional que produzimos na Universidade de Santiago de Compostela⁶⁴. No livro de Viñas e outros, também conhecido como “contradicionário”, a academia universitária contradiz a RAH então um organismo político-cultural que funciona por cooptação, vinculado ao governo e apoiado por Aznar em seu primeiro mandato (1996-2000) para promover a Ideia Histórica da Espanha (BARROS, 2007): desta forma critica o neofranquismo dos membros mais influentes da RAH⁶⁵, e o viés conservador de uma historiografia nacionalista espanhola que desconsidera a secular pluriculturalidade da Espanha em pleno conflito com a Catalunha (MOYA, 2013).

A importância historiográfica e política da obra coletiva coordenada por Ángel Viñas é dupla. Evidencia a ausência da verdade em temas e biografias do Dicionário da RAH referente à ditadura, seus antecedentes e desdobramentos. O “contradicionário” refuta as investigações postas no Dicionário, considerando-as enviesadas, em relação à II República, à guerra civil, ao franquismo, e, confirma as primeiras impressões dos historiadores e da opinião pública sobre a existência de erros grosseiros e interpretação de teor franquista na olha da RAH.

⁶³ Ver: <http://www.elplural.com/2011/06/10/se-querellan-desde-granada-contra-la-academia-de-la-historia-por-apologia-del-genocidio/>

⁶⁴ Ver: <http://www.youtube.com/watch?v=-9d3yyNBAw>.

⁶⁵ Apesar das tentativas mais democráticas e pluralistas da História da Espanha, vindas de forma marginal, durante o Governo de Zapatero, como a obra coletiva *Historia de España* organizada por Josep Fontana e Ramón Villares, a partir de 2007, e o livro de José Enrique Ruiz-Domenec, *España, una nueva historia* de 2009.

No entanto, o livro de Viñas não apenas esclarece dados, mas responde também, se reconheça abertamente ou não, uma intencionalidade ética e democrática: não se pode justificar o golpe de Estado de 18 de julho contra o Governo eleito em 16 de fevereiro de 1936, como faz a RAH, sem mentir descaradamente. O respeito à verdade documentada é o primeiro pilar de uma historiografia de valores⁶⁶, praticada de forma pertinente⁶⁷ por autores de *O Combate pela História*. Compromisso ético-social que para uma parte essencial dos historiadores acadêmicos do franquismo passa a ser referencial para sua profissão, ou seja, para o trabalho docente, para a reflexão historiográfica e investigativa, para o movimento familiar e social de recuperação da memória histórica da Espanha. São muitos os historiadores que acreditam, no século XXI⁶⁸, que a utilidade social e a utilidade científica de nossa disciplina não podem ser separadas artificialmente, e que a história e a memória têm um mesmo objetivo: a verdade plena e aplicada⁶⁹, acerca da história da II República, da guerra civil e da ditadura de Franco.

Enfim, se diz agora, desde os setores que apoiam o sistema bipartidário, na crise irreversível do século XXI, que há que recuperar o “espírito de consenso” da redemocratização... para levar a cabo na Espanha a política de austeridade, cortes e recessão⁷⁰ que nos impõem os poderes financeiros, Ángela Merkel e a Comissão Europeia. Eu digo que hoje necessitamos na Espanha é recobrar o espírito genuinamente democrático do movimento social antifranquista que teve

⁶⁶ Sobre a historiografia de valores como parte capital do ofício de historiador no século XXI, tratei no já citado IV Congresso: áudio em <http://www.goeat.com/listen/Oe6fdab/historiografia-de-valores-carlos-barros>.

⁶⁷ Os colegas que entram no debate contra o regresso da visão histórica franquista sobre a II República, a guerra civil e a ditadura de Franco, defendem sua postura fornecendo datas, fatos e certeza histórica frente às deturpações e interpretações ideológicas de seus oponentes; porém não é suficiente, dada a temática do debate e sua atualidade é preciso reivindicar implícita e explicitamente - se quer ganhar uma batalha que é tanto política como historiográfica - o compromisso ético do historiador com a liberdade, o progresso e a democracia, frente ao neofranquismo dos Moa, Vidal e uma parte da RAH.

⁶⁸ Outros da direita acadêmica negam, à maneira de Ranke, o princípio da utilidade sociopolítica da história, mas não o põe continuamente em prática; outros colegas quando jovens acreditavam nesta utilidade social da história, mas não pensam mais assim no século XXI. Ver: “Historia a Debate: balance historiográfico”, UNAM, 2010. (<http://www.youtube.com/watch?v=p60frWr4SIY>).

⁶⁹ No sentido da “historia pública” (*Public History*) o enfoque historiográfico que considera fundamental chegar ao grande público com nossas investigações, interpretações de ensino, indo além da tradicional posição subalterna da divulgação histórica.

⁷⁰ Recebemos notícias do suposto “pacto de Estado” (na realidade, uma proposição, não de Lei do Congresso) entre o PP e o PSOE que pretende inutilmente gerar crescimento econômico e resolver o problema do desemprego, sem questionar a vigente política de austeridade e sua reforma pró-mercados do artigo 135 da Constituição espanhola que a legitima.

o 15M como uma de suas origens, por ser parte importante do movimento global de indignação nascido em 2011 (BARROS, 2011), quando se começa a entender, como aquele cavaleiro de Molière que falava prosa sem saber, ou seja: 1) o protagonismo imprescindível da sociedade civil na regeneração política e institucional; 2) a luta social e cultural “de baixo” por uma democracia plena e radical, no sentido de desenvolver instituições da soberania popular. Garantindo-se que cada homem ou mulher faça valer seu voto por meio de medidas que tem sido reivindicadas pelos movimentos dos indignados desde a tomada da *Puerta del Sol* como: proporcionalidade da lei eleitoral, convocatórias de referendos vinculativos, controle dos representantes eleitos, etc.; 3) de modo que os ideais e valores de justiça, democracia e progresso, estejam em primeiro plano na nova política, como o movimento antifranquista, conforme uma gestão do poder institucional não reprovadas pelos espanhóis. Novas políticas, porém também antigas formas de se fazer política (perseguindo ideias, não confundindo com o idealismo filosófico), que tanto precisa a sociedade espanhola e a chamada “classe política”, desprestigiada na Espanha segundo todas as correntes de opinião.

Apesar de não ser na mesma medida, os historiadores estudam o antifranquismo em conjunto com o franquismo⁷¹. O historiador que vê para além do positivismo, investiga tanto o “pior” como o “melhor”, o primeiro para não se repita, o segundo para sirva de exemplo, afim de que ambos contribuam deontologicamente para um presente e um futuro melhores⁷², mostrando assim a utilidade pública da história acadêmica no tempo de insanos “cortes”.

Sobre como se reprimiu o antifranquismo social, político e cultural de 1936 até 1976, trata-se, na realidade, de um movimento social e acadêmico da memória histórica. As vítimas do franquismo muito reivindicaram a pesquisa histórica. Retomemos um exemplo da repressão tardofranquista, ainda não

⁷¹ Contudo, há que se investigar mais sobre o franquismo que sobre o antifranquismo pós-guerra, o que não deixa de ser impressionante: reflete as reticências contra a História Imediata e o compromisso; a lacuna historiográfica que está se resolvendo graças ao sujeito social, ao agente histórico do presente: na medida em que a recuperação da memória histórica chegue com mais força até os decisivos anos de 60-70.

⁷² De todos os modos, inclusive historiadores progressistas de origem consideram hoje, como consequência da crise do marxismo e da escola dos *Annales*, que a relação passado/presente/futuro não está tão vigente. Em nosso debate “¿Para qué estudiar Historia?” se considera que os jovens estudar história relacionando o passado, o presente e o futuro, ocorre mais na América Latina que na Espanha (http://www.h-debate.com/Spanish/a_pqestudiar.htm).

investigada histórica e judicialmente, os assassinatos cometidos pelo regime da Galícia na primeira metade dos anos 70.

6. Mortos que querem vida

Na tradição galega de Santa Santa Compañía se diz que as almas do purgatório não podem entrar no céu e aparecem aos vivos, caminhando pela noite em procissão, penando por seus pecados e pelos pecados de quem as vitimaram. Deste tipo são Amador Rey e Daniel Niebla de Ferrol, Xosé Ramón Reboiras de Dodro, A Coruña, e Xosé Humberto Baena de Vigo. Pertenciam a famílias de correntes ideológicas diferentes e faleceram violentamente em não e lugares distintos, mas se pode imaginar que andam juntos porque foram assassinados da mesma maneira: fusilados pela ditadura franquista e seus seguidores.

Amador e Daniel (36 anos, pais de família) morreram em 10 de março de 1972 na *Ponte das Pías*, em um manifesto pacífico com seus companheiros de estaleiro Bazán, agora Navantia (Xulio Aneiros, Rafael Pillado, Manuel Amor, José María Riobóo, Ignacio Fernández Toxo...), em defesa de seus direitos trabalhistas. Desde então, todo dia 10 de março, seus companheiros homenageiam o ocorrido. Em 1997, o Parlamento de Galícia, em petição do Sindicato Nacional de Comisiones Obreras (CC.OO.), reconheceu o 10 de março como "Dia da classe trabalhadora galega", e os trabalhadores de diferentes sindicatos continuam a recordar o dia 10 de março e seus companheiros mortos no massacre de 1972 que ficaram quatro décadas "sem descanso" por culpa dos outros... Dizem os colegas de direito internacional que os crimes contra a humanidade nunca prescrevem, ainda que haja leis de anistia e/ou impunidade, se bem que espero que na Espanha não se tenha promulgado a impunidade quando na anistia de 1977, embora bastante reivindicada e pensada para os presos antifranquistas⁷³. Depois de 40 anos está pendente uma investigação judicial democrática sobre a morte dos trabalhadores de Ferrol, que tem como

⁷³ A inclusão sub-reptícia dos responsáveis pela repressão na anistia de 1977 foi obra dos herdeiros do franquismo reciclados democraticamente, com o acordo provável de outras personalidades da transição, respaldadas na opinião pública democrática do momento.

finalidade identificar e processar, como qualquer outro assassinato, os seus responsáveis material e intelectual.

Moncho Reboiras (25 anos), perito industrial e militante nacionalista, morreu em 12 de agosto de 1975 na vila *da Terra* também em Ferrol, como resultado dos disparos da polícia franquista, como mostra sua camisa conservada pela família. Todo dia 12 de agosto seu partido, a União do Povo Galego (UPG), que originou o partido parlamentar Bloco Nacionalista Galego (BNG), lhe rende homenagens⁷⁴. Em 2009, seu irmão recebeu⁷⁵ uma carta de reconhecimento do Governo espanhol de acordo com a Lei de Memória Histórica de 2007, por Ramón Reboiras ter sido "perseguido e sofrido violência ilegal, vindo a morrer, por sua militância política nacionalista"⁷⁶. 37 anos depois deste crime político, Reboiras segue esperando que um juiz faça justiça ordenando uma investigação policial sobre esta trágica morte, três meses antes da morte natural de Franco, que neste dia estava justamente na Coruña.

Xosé Humberto Baena morreu em 27 de setembro de 1975 com os últimos fuzilados do franquismo: Ramón García Sanz e José Luis Sánchez Bravo, seus companheiros da Frente Revolucionária Antifascista e Patriótica (FRAP), e, os membros do ETA, Jon Paredes "Txiki" e Ángel Otaegui⁷⁷. As penas de morte contra as quais houve manifestações em toda Espanha e uma grande solidariedade internacional não fizeram Franco vacilar: confirmou-as meses antes de morrer. Luis Eduardo Aute immortalizou na canção "*Al Alba*"⁷⁸ o sofrimento coletivo de tantos espanhóis que aqueles crimes de Estado causaram. Humberto, estudante de Filosofia na Universidade de Santiago de Compostela, nos deixou

⁷⁴ As homenagens públicas a Reboiras se iniciaram com a democracia, em 1977; ver: http://elpais.com/diario/1977/08/13/espana/240271214_850215.html.

⁷⁵ "El Gobierno repara la memoria de Reboiras", *La Voz de Galicia*, 13 de agosto de 2009 (http://www.lavozdeg Galicia.es/galicia/2009/08/13/0003_7904993.htm)

⁷⁶ Manifesto de homenagem a Moncho Reboiras, Comissão 35º aniversário, 9 de Julho de 2010 (<http://www.foroporlamemoria.info/2010/07/manifesto-homenaxe-a-moncho-reboiras/>).

⁷⁷ O Governo basco apoiou em 28 de setembro de 2012 o ato de homenagem em Zarautz que a associação memorial Ahaztuak 1936-1976 vem celebrando desde 2006 em recordação dos fuzilados de setembro de 1975 (<http://www.bakeola.org/boletin/noticia.asp?Id=%20%20P041%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%203839>).

⁷⁸ "Se te dissesse, meu amor,/ que temo a madrugada,/ não sei que estralas são estas / que ferem como ameaças / nem sei que lua / a foice sangra. / Sinto que após esta noite virá a noite mais ampla, / quero que não me abandones/ meu amor, estrela d'alva, / estrela, estrela./ Os filhos que tivermos /se esconderam nos esgotos, /comem as últimas flores, /parece mil abutres calados estendem suas asas, / não te destrua, amor meu, /esta silenciosa dança, /maldito baile de mortos, / pólvora da manhã. /estrela, estrela"; ver: http://www.youtube.com/watch?v=zPW_iz40BI0.

um documento de valor histórico: uma carta de despedida⁷⁹ dirigida a seus familiares e companheiros, onde mostra muita lucidez, serenidade e coragem com que enfrentou, aos 24 anos, uma morte injusta, ao lutar por seus ideais de transformação social⁸⁰.

Quando na democracia, seus pais, e depois sua irmã Flor Baena, peregrinaram de tribunal a tribunal pedindo que se revisse e anulasse o processo militar ilegal (o acusaram sem provas da morte de um policial) até chegar no Tribunal Constitucional que, sob a presidência de Manuel Jiménez de Parga, não admitiu a denúncia em 2004 porque: "A Constituição não tem efeitos retroativos, pois não cabe à mesma, aplicar justiça em atos de poder produzidos antes de sua entrada em vigor"⁸¹. O mesmo disseram às famílias de Julián Grimau, Salvador Puig Antich e... ao próprio Garzón, juiz da Audiência Nacional. Tampouco se admitiu no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos em 2005 (hoje, talvez seria diferente) a reivindicação da família Baena. A Lei da Memória Histórica de 2007 (teoricamente em vigor), infelizmente, não diz nada sobre a anulação das sentenças irregulares dos tribunais franquistas. A Associação de Juízes para a Democracia – ao menos formalmente – depois do terrível julgamento contra Garzón, solicitou mudanças de posições anteriores⁸², a

⁷⁹ "Papai, mamãe: Vão me executar amanhã de manhã. Quero dar-lhes ânimo. Pensem que eu estarei morto, mas a vida segue. Recordo que em sua última visita, papai, me havia dito que fosse valente, como um bom galego. Eu tenho sido, te asseguro. Quando me fuzilarem amanhã, pedirei que não me tapem os olhos, para ver a morte de frente. / Sinto ter que deixa-los. Eu sinto por vós que são idosos e sei que me amam muito, assim como os amo. Não por mim. Terão que se consolar pois tem outros filhos, já que todo o povo é vosso filho, eu assim peço. Recordam-se o que disse no julgamento? Que minha morte seja a última que se determina em um tribunal militar. Esse era meu desejo. Mais tenho certeza que haverá muitas outras. Má sorte! Quanto sinto morrer sem poder dar-lhes nem sequer meu último abraço! Mas não se preocupem, cada vez que abraçarão Fernando, o filho de Mary, ou Manolo, terão a ideia de que eu continuo neles. Além disso, estarei sempre com vocês, asseguro. Uma semana mais e faria 25 anos. Morro jovem, mas estou bem e satisfeito. Faça tudo que puder para me trazer para Vigo. Como os túmulos da família estão ocupados, me enterrem, se puderem, no cemitério público, ao lado do túmulo de Ricardo Mella. Nada mais. Um grande abraço, o último. Adeus papai, adeus mamãe. /Vosso filho José Humberto" (<http://info.nodo50.org/Baena.html>).

⁸⁰ Independentemente de que não se coincide com a ideologia ou os métodos de luta da FRAP, a morte do jovem Baena foi um impiedoso assassinato da ditadura que os anos de democracia colocarão fim, entre outras coisas, a pena de morte.

⁸¹ Ver: <http://www.interviu.es/reportajes/articulos/la-familia-de-uno-de-los-fusilados-pide-justicia/>; como é sabido, esta afirmação do Tribunal Constitucional espanhol contradiz o direito internacional vigente nos temas de direitos humanos e memória histórica.

⁸² Membros importantes do Juventude para a Democracia (JpD) como o acusador Luciano Varela, Margarita Robles desde o Conselho Geral do Poder Judicial (CGPJ), Joaquín Giménez presidindo o Tribunal que sentenciou sua expulsão, e outros, tiveram um papel decisivo no assédio queda do juiz da Audiência Nacional, com o apoio da titular da vice-presidência do Governo, e também membro do poder judiciário, María Teresa Fernández de la Vega, segundo denunciou o magistrado

anulação urgente das condenações realizadas no franquismo⁸³, sem o qual não haveria justiça, reparação ou verdade para as vítimas dos anos mais negros da história da Espanha, nem genuína reconciliação nacional.

7. Quando chegará à Espanha o direito internacional?

Por um lado, os avanços na Espanha e em outros países dos movimentos pelos direitos humanos e a recuperação da memória histórica, e de outro, o desenvolvimento do direito internacional e suas instituições dedicadas à punição dos delitos contra a humanidade, estão criando novas condições para que se faça justiça na Galícia e na Espanha com as vítimas do franquismo, sem restrições temporais. Também contribuiu o escândalo nacional e internacional provocado pelo processo contra o juiz Garzón por procurar a justiça contra a natureza malfeitora do movimento franquista. Escândalo e mobilização nacional e internacional, 2011-2012, que certamente impediram sua condenação por “prevaricação” (!) no que diz respeito ao franquismo, embora os juízes e os políticos implicados na trama tenham conseguido sua expulsão, até 2021, da carreira jurídica na Espanha⁸⁴ pela investigação de corrupção de Gürtel do PP, que em 6 de fevereiro de 2009 deu ganho de causa a Baltasar Garzón. Na Câmara Penal do Tribunal Supremo se viu, em 2012, a “obrigação” de reconhecer a legitimidade de Garzón, outros juristas espanhóis, e várias organizações internacionais, para julgar os carrascos franquistas. No entanto, a maioria do poder judicial espanhol segue contra o direito, com a roupagem do bipartidarismo do PP e do PSOE⁸⁵, que a lei da anistia de 1977 promove a impunidade para os repressores⁸⁶.

emérito do Tribunal Supremo, José Antonio Martín Pallín, em ato público em 30 de maio de 2011; ver: <http://www.publico.es/espana/379062/pallin-ve-a-de-la-vega-tras-el-acoso-a-garzon>.

⁸³ Pronunciamento de 29 de fevereiro de 2012 de Juízes para a Democracia sobre a memória histórica; ver: <http://www.noticiasdealava.com/2012/02/29/politica/estado/jueces-para-la-democracia-pide-un-plan-para-localizar-fosas-del-franquismo>.

⁸⁴ Baltasar Garzón seguiu lutando pela justiça na Argentina, Chile, Equador, Colômbia...; e defendendo os que lutam pela liberdade na internet como Julian Assange (Wikileaks) ou Edward Snowden.

⁸⁵ A contínua perda de votos por parte do PP de Rajoy, e antes do PSOE de Zapatero, torna possível e necessário para as eleições gerais de 2015, um Congresso de Deputados mais democrático que condene o franquismo, indulte Garzón e aprove uma verdadeira Lei de Memória Histórica que

A “caça judicial” contra Garzón deixou claro diante do mundo inteiro – nos âmbitos jurídico, social e político – que na Espanha não se aplicarão no momento os critérios habituais da justiça internacional quanto aos crimes cometidos contra a humanidade de 1936-1977, e muito menos um Governo de Partido Popular. Problema que abriu a possibilidade legal de aplicar o princípio de jurisdição universal, cuja implementação, Garzón foi também pioneiro, buscando em outro país a justiça que na Espanha não é possível. Justiça que facilita, em coerência com a organização jurídica internacional, o alargamento do amparo do final da ditadura. Ao contrário do Auto de Garzón de 2008 (consciente da resistência do PP, do próprio PSOE e determinados juízes) que só abarcava processos até 1952, quanto aos delitos de assassinato, tortura e mais crimes de motivação política, cometidos pelos franquistas, suas instituições e órgãos repressores.

Consolida-se assim, a partir de 2012, depois da rejeição político-judicial do auto de Garzón, a via internacional para julgar os crimes do franquismo entre 17 de julho de 1936 a 15 de junho de 1977, incluindo os assassinatos dos galegos Amador, Daniel, Moncho e Humberto. A justiça universal sobre os crimes do franquismo está assim aberta às instâncias internacionais: a justiça argentina e o Tribunal de Estrasburgo, mais a primeira do que a segunda, até onde sabemos.

A juíza federal María Servini admitiu em 2010 uma causa contra o franquismo, apoiada pela Associação de Recuperação da Memória Histórica espanhola, a demanda de Darío Rivas (filho do prefeito de Castro de Rei, Galícia, assassinado pela Falange em 1936) e Silvia Carretero⁸⁷ (viúva de José Luis Sánchez Bravo, fuzilado com Baena em 1975), entre outros processos que vem crescendo desde então. O judiciário argentino conseguiu para as vítimas espanholas da ditadura o que tentou Garzón, e, quem testemunhou em Buenos Aires a prática da juíza Servini, confirmou que na Espanha não se investigam os

inclua a anulação das sentenças franquistas e o direito à justiça, à verdade e reparação das vítimas de 1936 até 1977, reconciliando assim a democracia espanhola com a justiça internacional.

⁸⁶ Sobre juízes e franquismo desde os anos 60 até hoje, ver o livro coordenado por Gonzalo Pontón *Jueces pero parciales. La pervivencia del franquismo en el poder judicial*, Barcelona, 2012 (<http://www.elplural.com/2012/11/05/el-franquismo-sigue-presente-en-el-poder-judicial/>).

⁸⁷ O testemunho de Silvia Carretero incluiu as torturas infligidas a ela e a seu marido, ambos de 21 anos, em 1975 no processo judicial aberto na Argentina. O que é habitual na Argentina ou Chile, na Espanha é novidade, onde as denúncias são centradas em assassinatos com números que alcançam o Holocausto; ver: <http://www.republicaymemoria.com.ar/Mhistorica/genocidioarg.html>.

crimes do franquismo.⁸⁸ A efetivação da justiça universal na República Argentina reforçada pelo apoio popular de ampla repercussão internacional, traduz-se pelo fato de que em 1 de março de 2012, o Governo e o Parlamento argentinos deram ganho de causa ao juiz Garzón, depois que este fora prejudicado na Espanha. A experiente juíza Servini declarou (18/5/2011) seu otimismo quanto ao desenvolvimento da causa (são 150 queixosos), - apesar dos truques do Governo espanhol para dificultar as declarações -, e nos diz que confia que em um ano se possa imputar pena aos 9 acusados: três ministros (incluindo José Utrera Molina, sogro do Ministro da Justiça Alberto Ruiz-Gallardón), dois juízes e quatro policiais (também *Billy el Niño*, apelido de José González Pacheco). A juíza tem claro que a Espanha, como a Argentina: "Há que ir diretamente sobre os que estão vivos"⁸⁹. Ela fez isso, a juíza argentina em 18 de setembro de 2013: lança uma ordem de detenção internacional contra os quatro repressores e torturadores franquistas, sendo que muitas de suas vítimas foram estudantes⁹⁰, devolvendo à Espanha democrática o que o juiz fez com o ditador Videla em 2000.

A segunda opção⁹¹ é um Tribunal Europeu de Direitos Humanos que, em fevereiro de 2012, concordou com a demanda do Fórum pela Memória do País de Valência que trata de genocídio, crimes de lesa-humanidade e violação dos direitos humanos em nome de 23.661 pessoas assassinadas e sepultadas em seis covas comuns entre 1939 e 1945⁹². Demanda coletiva que já foi rejeitada – como a de Baena – por um Tribunal Constitucional espanhol, prescrição que Garzón também teve que entrar com recurso, no Tribunal Supremo, em maio de 2013⁹³. As sentenças do Tribunal de Estrasburgo devem ser executadas a

⁸⁸ Condição prévia para por em marcha a jurisprudência internacional como feito anteriormente na Audiência Nacional espanhola a respeito do Chile e Argentina; sobre a declaração de Garzón ver: <http://www.elplural.com/2013/06/03/garzon-ha-ratificado-ante-la-jueza-argentina-que-hubo-un-plan-sistematico-de-tortura-eliminacion-y-desaparicion-de-victimas/>.

⁸⁹ Ver as declarações da juíza Servini em: <http://www.publico.es/internacional/455538/la-jueza-argentina-calcula-que-habra-imputaciones-por-los-crmenes-del-franquismo-en-un-ano>.

⁹⁰ Ver: <http://www.lanacion.com.ar/1621143-servini-de-cubria-pidio-las-primeras-detenciones-por-la-represion-franquista>.

⁹¹ A possibilidade de Estrasburgo parece menos provável, mais ainda com o declínio atual da Europa como projeto político e social. Mas nunca se sabe: são muitos, dentro e fora das administrações europeias, os descontentamentos devido à crescente falta de autoridade moral da União Europeia e seus grandes organismos.

⁹² Informação bilíngue sobre o processo valenciano em: <http://www.forumperlamemoria.org/?Demanda-del-Forum-per-la-Memoria>.

⁹³ Ver: <http://www.20minutos.es/noticia/1825459/0/baltasar-garzon/recurre-estrasburgo/condena-gurtel/>.

princípio pelo Governo conforme o caso, a pedido do Comitê de Ministros do Conselho da Europa⁹⁴.

Paralelamente, a Oficina de Direitos Humanos da ONU vem exigindo do Estado espanhol a revogação da Lei de Anistia de 1977, precisamente por sua utilização deturpada por parte dos políticos e juízes durante 36 anos, encobrindo os crimes do franquismo. A penúltima vez que a Organização das Nações Unidas se dirigiu ao Governo da Espanha recordando esta demanda foi três dias depois da expulsão de Garzón da Audiência Nacional: "A Espanha está obrigada, sob a lei internacional, a investigar as graves violações dos Direitos Humanos, incluídas aquelas cometidas durante o regime de Franco, e a processar e punir os responsáveis", disse o Alto Comissariado da ONU em 11 de fevereiro de 2012⁹⁵. Em setembro de 2013 tem lugar a visita da delegação da ONU em Madrid, Barcelona, Sevilla e Vitória para "verificar" se algo foi feito sobre a investigação judicial de crimes do franquismo, 13 anos depois de se exigir dos Governos espanhóis (tanto do PP como do PSOE), juízes e demais instituições, o cumprimento do direito internacional quanto aos desaparecidos e crimes contra a humanidade⁹⁶. Ao finalizar a visita internacional que coincidiu com as ordens internacionais de detenção promulgadas pela juíza Servini, a ONU solicitou mais uma vez ao Governo da Espanha a modificação da Lei de Anistia de 1977 e do Código Penal a fim de que se possa fazer justiça com os crimes do franquismo⁹⁷.

Ainda sim, embora os avanços institucionais da justiça e da verdade histórica sobre o franquismo sejam agora mais internacionais que nacionais, também ocorrem na Espanha, onde enfrentamos um terrível paradoxo: os partidos que mais defendem (com razão) a memória e reparação para as vítimas do terrorismo desde 1968, cujos autores estão em sua grande maioria presos ou condenados pela justiça democrática, são os que mais se opõem à concessão, assim mesmo retrospectiva, dos mesmos direitos humanos e democráticos, que

⁹⁴ Possivelmente a via de Estrasburgo se ampliará com mais processos no futuro, facilitadas pelas rejeições quanto ao Tribunal Constitucional, de composição mais de direita; ver: <http://www.lavanguardia.com/politica/20130607/54375437735/gobierno-tribunal-constitucional-mayoria-conservadora-dos-nombramientos.html>.

⁹⁵ Ver: <http://www.larazon.es/noticia/843-la-onu-exige-a-espana-que-derogue-la-ley-de-amnistia>.

⁹⁶ Ver: <http://www.publico.es/468938/la-onu-visita-espana-para-investigar-las-desapariciones-forzadas-del-franquismo>.

⁹⁷ Ver: http://www.cadenaser.com/espana/articulo/onu-exige-espana-neutralice-ley-amnistia-1977/csrsrpor/20130930csrsrnac_42/Tes.

implicam em direito à justiça às vítimas do franquismo. Ambiguidade⁹⁸ política que cria obstáculos no processo de paz do País Vasco. Por isso valorizamos o decreto que Governo Basco de Patxi López (PSOE) promulgou em 19 de junho de 2012, para reparar as vítimas bascas da polícia espanhola entre 1960 e 1978⁹⁹, como Txiki e Oteagui do ETA, fuzilados no mesmo dia que Baena e Sánchez Bravo, trabalhadores de Vitória, torturados e mortos em 1976 pelo franquismo: enquanto isto, se encontra pendente a memória histórica na Espanha¹⁰⁰. Um passo adiante em Euskadi, para a paz e reestruturação da democracia basca e espanhola, por muito que o PSOE basco procure desvincular seu rigor policial e militar do próprio regime franquista (se emprega o eufemismo "excessos policiais"), e reduza a reparação das vítimas a uma mera compensação econômica, sem anulação de sentenças nem investigação judicial sobre os autores materiais e intelectuais, portanto, o que se tem feito, e ainda se faz, com os assassinatos anteriores em relação ao ETA¹⁰¹. É por isso que as famílias dos trabalhadores mortos em Vitória também aderiram à demanda argentina¹⁰².

Este breve ponto de inflexão do PSOE do País Basco¹⁰³, ratificado de alguma forma pelo novo governo basco do Partido Nacionalista Basco (PNV) surgido nas eleições de 21 de outubro de 2012¹⁰⁴, estende-se positivamente – como a justiça argentina – à reivindicação coletiva da memória histórica até 1977 (em 1978 no País Basco se votou “não” à Constituição) que teve

⁹⁸ Como a conservadora *Liberté pour l'histoire* quando se nega a apoiar Garzón e a investigação judicial do franquismo, sem o qual no existe plena liberdade de investigação histórica.

⁹⁹ Ver: http://www.huffingtonpost.es/2012/06/12/el-gobierno-vasco-aprueba-decreto-indemnizar-victimas-franquismo_n_1589486.html; o decreto está em: <http://www.lehendakaritza.ejgv.euskadi.net/r48-bopv2/es/bopv2/datos/2012/06/1202804a.shtml>.

¹⁰⁰ Começará a deixar de ser a partir do auto de detenção de 18 de setembro de 2013, expedido pela juíza Servini da Argentina; ver a nota 87.

¹⁰¹ O atual Governo basco da PNV identificou 56 mortos em mãos da Força de Segurança do Estado entre 1960 e 1978, que a justiça não tem investigado, diferente das mortes posteriores imputadas; ver: http://www.cadenaser.com/espana/articulo/informe-encargado-gobierno-vasco-cifra-94-muertes-abusos-policiales/csrgsrpor/20130614csrgsrnac_12/Tes.

¹⁰² Ver: <http://goldatu.org/es/ekitaldiak/martxoak-3ko-biktimak-argentinako-kereilan/>.

¹⁰³ Acaba de ser superado pela Junta de Andaluzia que acaba de ordenar (30/7/2013) que o Tribunal de Granada que investigue os corpos encontrados na vala de Viznar: é a primeira instituição democrática que assim faz; http://www.eldiario.es/andalucia/Junta-Andalucia-evidencias-franquistas-Viznar_0_159234755.html.

¹⁰⁴ Em 20 de maio de 2013 o Governo basco tornou público em “audiência em trâmite” a solicitação de ajudas para a recuperação da memória histórica (que tem desaparecido na grande maioria das Comunidades Autônomas, controladas agora pelo Partido Popular), ver: <http://www.irekia.euskadi.net/es/proposals/865-proyecto-decreto-por-que-regulan-las-ayudas-destinadas-subvencionar-proyectos-materia-recuperacion-memoria-historica-paz-convivencia-derechos-humanos>.

consequência simbólica: em 3 de março de 2012, o porta-voz do Governo Basco depositou em Vitória umas flores em homenagem¹⁰⁵ no monumento dos cinco membros de CC. OO. e União Geral dos Trabalhadores (UGT), mortos a tiros por participarem de uma assembleia de trabalhadores, como em Ferrol quatro anos antes. No mesmo ato, tomou a palavra uma representante da pioneira Associação de Vítimas do dia 3 de março (nascida em 1999¹⁰⁶) que, uma vez mais, pediu que se faça a justiça com os mortos de Vitória durante o último governo da ditadura, presidido por Arias Navarro. Chegará um dia que teremos na Galícia uma Junta que talvez faça o mesmo que em Ferrol em 10 de março, dia da classe trabalhadora galega, juntamente com sindicatos e famílias dos trabalhadores mortos pela liberdade da *Ponte das Pías*.

Disse, em 1937, Alfonso R. Castelao, herói galego “não se enterram cadáveres, se enterram sementes”: logo chegará a hora que as sementes florescem e os inocentes mortos sob a responsabilidade dos franquistas galegos, bascos e espanhóis, descansarão em paz no céu dos justos.

Referências

BARROS, C. Últimas tendencias de la historiografía española. *Conferência no Centro Cultural de Espanha*, Montevideo, 10 de outubro de 2007 (<http://www.youtube.com/watch?v=qJCTMfN5yuw>).

BARROS, C. *Historia Inmediata: de Chiapas a los indignados*. *Sinaloa*, 2011 (<http://www.youtube.com/watch?v=bHqkczWoBwE>).

BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Édition par Étienne Bloch, Paris, 1993, p. 83.

MOYA, A. M. et al. *Historia de la nación y el nacionalismo español*, Madrid, 2013.

NORA, P. Le retour de l'évènement. *Faire l'histoire*, tome I, Paris, 1974.

¹⁰⁵ Ver: <http://www.eitb.com/es/noticias/politica/detalle/842181/victimas-3-marzo-1976--reconocimiento-gobierno-vasco/>.

¹⁰⁶ Ver: http://www.martxoak3.org/es_ES/la-asociacion/; a Associação de Vítimas do dia 3 de março se manifestou novamente em 2013, sem a presença do Governo de Urkullu o qual pediu a Rajoy o reconhecimento do massacre de Vitoria e que se forme a Comissão da Verdade para investigar os fatos (nada se está fazendo, tampouco em Ferrol); ver: <http://www.noticiasdenavarra.com/2013/03/03/politica/euskadi/vitoria-mantiene-vivo-el-3-de-marzo>.

NORA, P. *Les lieux de mémoire*, 3 vol., Paris, 1984-1992.

PEREIRA, D. *A II República e a represión franquista no Concello de Cerdedo*, Verbo Xido, 2006.

Autor convidado em 10 de janeiro de 2014.

Tradução autorizada em 19 de março de 2014.